

Considerações sobre Avaliações Científicas no Brasil¹

Paulo Murilo Castro de Oliveira
Instituto de Física, UFF
pmco@if.uff.br

Vou me restringir aqui ao programa de bolsas de pesquisa do CNPq e à classificação dos cursos de Pós-Graduação feita pela CAPES. Historicamente, ambos são exemplos de sucesso retumbante da política acadêmico-científica brasileira, e merecidamente regulam todo o resto das avaliações científicas do país.

O programa de bolsas de pesquisa foi criado há quase 40 anos, para fomentar atividades de pesquisa em nossas universidades. Poucos eram os docentes que se dedicavam à pesquisa científica, com tempo integral dentro de seus departamentos e laboratórios. A maioria se dedicava exclusivamente à docência. A idéia básica foi de distinguir aqueles que praticavam pesquisa produtiva com um "carimbo" externo à própria universidade, independente da sociologia interna de cada uma, com mecanismo de avaliação externo e de âmbito nacional. O alvo do programa não eram os pesquisadores em si, mas os jovens ingressantes na carreira universitária que seguiriam preferencialmente o exemplo dos pesquisadores produtivos, os bolsistas do CNPq.

Deu certo! A fração de pesquisadores produtivos contra não-pesquisadores aumentou gradativamente dentro de cada instituição. Melhor: pesquisa científica de qualidade passou a ser realizada em diversas universidades onde tal atividade não existia, espalhadas pelo país afora. Áreas de pesquisa antes inexistentes passaram a existir aqui e acolá. Os bolsistas do CNPq passaram naturalmente a ocupar cargos de responsabilidade nas administrações universitárias, o clima universitário pleno se impôs. Naturalmente, o número de pesquisadores produtivos aumentou vertiginosamente, embora ainda seja muito menor do que a nação precisa.

Há uns 20 anos, o número de bolsas de pesquisa distribuídas pelo CNPq começou a não mais cobrir o conjunto de pesquisadores produtivos. Nasceu a figura do pesquisador produtivo sem bolsa, até então inexistente. A saudável linha divisória professor-universitário-pleno, de um lado, e professor- apenas-docente, do outro lado, deixou

¹ Comunicação apresentada no Simpósio Especial — Critérios de Avaliação da Produtividade Acadêmica Individual e Institucional, realizado durante a 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, entre 1 e 4 de junho de 2008 em Porto Seguro.

de coincidir com a linha divisória entre bolsistas e não-bolsistas. Começaram os problemas que se agravam continuamente. As avaliações de bolsa de pesquisa se baseiam cada vez mais em critérios quantitativos, número de "papers", número de projetos aprovados, quantidade de dólares ou reais captados, parâmetro de impacto de revistas classificadas segundo um sistema que ostenta o pedante nome "qualis", fator H e outras bobagens. Paradoxalmente, não se lê o que o avaliado publicou! Hoje se vive uma competição predatória entre os pesquisadores universitários do país, o que gera vários malefícios, dos quais citarei alguns.

Os cursos de graduação foram os primeiros a sofrer as consequências, a atividade docente que é necessariamente parte integrante da vida do professor universitário passou a ser evitada, colocada em segundo plano. Projetos mais arrojados de pesquisa são igualmente evitados porque podem não gerar o "paper" de imediato. A atenção ao pós-graduando se restringe às atividades diretamente relacionadas à produção de mais um "paper", em detrimento de sua formação básica. Revistas mal classificadas são desprezadas, e com elas se perdem os bons trabalhos lá publicados. O "líder" de um certo grupo passa a ser autor de todos os "papers" que o grupo publica, mesmo aqueles que sequer leu, porque exige-se um pesquisador nível I, de preferência IA, nos projetos apresentados às agências de fomento. Trabalhos que dariam uma boa publicação acabam sendo divididos em várias publicações parciais. O mesmo trabalho é publicado mais de uma vez, muitas vezes até sem alterações cosméticas de uma versão para a outra. Plágios e fraudes também já são corriqueiros, infelizmente, em nossa comunidade universitária.

No âmbito da classificação dos cursos pela CAPES, o cenário é pior. Estabeleceram-se duas estúpidas teorias sacrossantas para os burocratas instalados nessa agência. Primeiro, a teoria "da Gaussiana" determina que as classificações 1, 2, 3 ... 7 dos vários cursos devem se distribuir segundo uma Gaussiana, por decreto. Subiu algum curso, há que descer algum outro para manter a sacrossanta distribuição decretada. Estabelece-se novamente a competição predatória, desta vez no nível mais perigoso das instituições, uma universidade contra as outras. A possibilidade de colaboração inter-institucional é cortada na prática, e consta apenas como letra morta na papelada dos convênios que a CAPES incentiva. A colaboração inter-institucional se restringe à transferência de pós-graduandos de uma universidade menos aquinhoadada para outra mais bem aquinhoadada. É uma política de exclusão, absurda em nossos dias e em nosso país. A desejada homogeneização de níveis de qualidade entre as diferentes áreas de

pesquisa também não se concretiza, porque a teoria "da Gaussiana" se aplica dentro de cada área, embora os burocratas da CAPES insistam cinicamente em afirmar o contrário. Assim, sequer se consegue detectar quais áreas são mais problemáticas e precisam de maiores e melhores incentivos. Não há mecanismos que permitam a atividade científica mais bem estabelecida numa área servir de alavanca para outra.

A segunda teoria sacrossanta é a "do sarrafo", como se estivéssemos a participar de um concurso de salto em altura: se o nível geral dos cursos sobe, sobe-se da mesma forma o sarrafo, o limite de corte. É cópia do Red Queen Effect, Alice no País das Maravilhas: cada um deve correr cada vez mais contra o concorrente, para se manter no mesmo lugar. Em vez disso, a CAPES deveria reconhecer que aqueles cursos que alcançaram níveis 6 e 7 já atingiram os objetivos desejados, já venceram os desafios parciais que lhes foram propostos primeiramente. Está na hora, então, de lhes proporcionar novos desafios, não apenas aumentar a intensidade dos mesmos desafios de sempre, mais do mesmo. Desafios novos que proporcionem uma melhor inserção da ciência na vida do país não faltam. Estão aí, por exemplo, o enorme déficit de professores de ciência, violência urbana crescente, a necessidade de inserir novas tecnologias na vida da população, etc. Quem poderá resolver tais problemas com soluções criativas, senão os pesquisadores dos cursos de níveis 6 e 7 que já aprenderam a publicar seus "papers" nas revistas internacionais, já se demonstraram capazes de vencer os desafios que lhes foram propostos? Afinal, para quais tarefas foram estes pesquisadores formados às custas do investimento público nas universidades e cursos de pós-graduação no exterior? Em vez disso, cobra-se destes mesmos pesquisadores que agora publiquem dois "papers", não apenas um. Mais do mesmo!

Em vez da competição entre cientistas ou entre instituições acadêmicas brasileiras, a competitividade a ser fomentada é a da ciência brasileira como um todo, para que possa dar boas respostas aos problemas nacionais sem dependermos da ciência elaborada no primeiro mundo. Isso é necessário, porque raramente se pode "comprar" ou "importar" resultados científicos que resolvam nossas próprias mazelas. É uma questão de soberania. Apesar do vertiginoso avanço quantitativo e qualitativo da atividade acadêmico-científica brasileira nas últimas décadas (graças à CAPES e ao CNPq), ainda estamos muito aquém do necessário. Para acelerar esse avanço no sentido de atingirmos o nível internacional, proponho quebrar no Brasil a onda de competitividade predatória entre cientistas e instituições

acadêmicas que se observa mundo afora. Vamos fazer diferente aqui! Vamos substituir internamente a competição pela colaboração. Vamos adotar o mote "ciência colaborativa", em português-brasileiro e na contra-mão do resto do mundo. Sobretudo nos dias atuais em que as fronteiras entre as diferentes áreas científicas são cada vez mais porosas, porque artificialmente definidas em outros tempos passados e hoje anacrônicas, colaboração científica é o nome da onda que nos interessa, não competição científica. Deixemos a competição para o primeiro mundo, o tamanho de nossa ciência não nos permite o luxo de fomentarmos competição entre nós mesmos.

É necessária uma reformulação radical no fomento à atividade acadêmico-científica. No âmbito do CNPq, o número de bolsas de pesquisa deve aumentar substancialmente em direção ao número de pesquisadores produtivos do país. O presidente do CNPq concorda com tal tese, e estima em 30 mil o número atual de pesquisadores produtivos, contra 10 mil bolsistas. No âmbito da CAPES, os cursos de níveis 6 e 7 devem ter tratamento diferenciado no que se refere ao que deles se espera. Em vez de "subir a altura do sarrafo", melhor ampliar "a largura do sarrafo", aumentar a amplitude das atividades que se espera dos melhores cursos, adicionar atividades inseridas na vida do país, incentivá-los a propor soluções criativas para os diversos problemas sociais que assolam nossa população. O presidente da CAPES aparentemente jamais pensou dessa maneira, e continua a citar a "altura do sarrafo" em seus discursos. É uma pena.